

# Pesquisa de Avaliação de Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas

## FICHA TÉCNICA

**Instituição executora:** Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF)/Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF).

**Equipe responsável:** Luiz Antônio dos Anjos, Luciene Burlandy Campos de Alcântara, André Augusto Brandão, Salete Da Dalt, Vitor, Hugo Gouvêa, Rosilene Reis, Ana Paula Pereira, Luciana Alaíde Santana, Sonia Lucena, Estelamaris Monego, Enilce Sally, José Luiz dos Santos Cotrim, Amanda Lacerda Jorge, Christina Gladys de Mingareli Nogueira, Marco Aurélio de Oliveira Alcântara, Giselda Alcântara, Claudia Valeria Pimentel, Neida Maria Silva e Elizete Gomes.

**Equipe SAGI:** Júnia Valéria Quiroga da Cunha, Alexandro Rodrigues Pinto, Cristiane dos Santos Pereira, Júlio César Borges, Marina Pereira Novo e Rovane Ritzi.

**Órgão de Cooperação Técnica Internacional:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

**Projeto:** BRA/04/046 - Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.

**Período de realização:** abril a setembro de 2011.

## APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

### Objetivo:

O objetivo desta pesquisa foi de avaliar o perfil nutricional de crianças menores de cinco anos de idade, bem como o acesso aos serviços, benefícios e programas governamentais pelas famílias e o perfil socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombos que vivem em territórios titulados.

## **Procedimentos Metodológico**

A pesquisa foi transversal de base populacional e utilizou métodos quantitativos de coleta análise de dados. Foram pesquisadas 169 comunidades quilombolas que obtiveram título de posse coletiva da terra, emitido entre 1995 e 2009 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por órgãos oficiais estaduais de regularização fundiária.

A coleta foi de tipo censitária. Todas as famílias residentes que estavam nas comunidades no momento da pesquisa foram entrevistadas. Em cada família, aplicou-se um questionário estruturado, elaborado e pré-testado pelo Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação DA/SAGI com base nos objetivos apresentados anteriormente. Também entre as famílias, foi realizada também a coleta de dados antropométricos de todas as crianças menores de cinco anos de idade. Em cada comunidade, todos os domicílios visitados e equipamentos públicos existentes foram georreferenciados e codificados com o uso de aparelhos com acesso ao Sistema de Posicionamento Global (GPS). Além disso, lideranças comunitárias também participaram da pesquisa, respondendo a questões específicas sobre suas comunidades e territórios.

Assim, em resumo, a coleta de dados envolveu o conjunto das crianças menores de cinco anos de idade, as famílias e lideranças comunitárias de 97 territórios titulados localizados nas cinco grandes regiões do país.

## **Resultados:**

Os achados da pesquisa podem ser divididos em três seções (“comunidades”, “domicílios” e “crianças”). Os Resultados específicos levantados pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) não são apresentados nesta ficha técnica por necessitarem de aprofundamento metodológico acerca da consistência e validade de sua aplicação nesse segmento populacional específico.

### **Comunidades:**

A pesquisa indica que, na percepção das lideranças entrevistadas, ocorreram alguns avanços desde o momento da titulação do território. Esta percepção deve ser compreendida como o reconhecimento de mudanças avaliadas pelas lideranças a partir do contraste com um longo período histórico em que a gestão pública não tomava as comunidades quilombolas como elemento constituinte da agenda social. As lideranças indicaram que a titulação teve efeitos positivos sobre o fortalecimento da identidade negra e quilombola e a mobilização e participação política comunitária.

Contudo, os dados coletados apontam o enorme caminho que ainda precisa ser percorrido no sentido de garantir a efetiva proteção social a uma parcela extremamente vulnerável da sociedade brasileira. Somente após 2003, com a criação da SEPPIR e a implementação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), é que estas comunidades passaram a fazer parte da agenda das políticas de proteção social e ganham espaço nas estratégias de atuação de variados ministérios da área social.

Domicílios:

É importante salientar que 53,8% dos domicílios das comunidades quilombolas em territórios titulados estavam localizados na região Norte, 30,5% no Nordeste, 11,7% no Centro-oeste, 3,8% no Sudeste e 0,3% no Sul do Brasil.

A pesquisa detectou que seis em cada dez domicílios eram chefiados por homens. Os chefes dos domicílios das comunidades quilombolas possuíam as seguintes características:

- Eram relativamente jovens, com idade média de 45,1 anos e idade mediana de 43 anos;
- Possuíam baixa escolaridade, sendo que a grande maioria (84,2%) não completou sequer o ensino fundamental. Estavam nessa situação de baixa escolaridade do chefe 84,1% dos domicílios da região Norte, 85,7% da região Nordeste, 78,4% da região Sudeste, 69,5% da região Sul e 82,7% da região Centro-Oeste;
- Na média nacional, 47% dos domicílios o chefe estava trabalhando; nas regiões Sudeste e Sul essa prevalência era superior a 60%.

Metade dos domicílios possuía até quatro pessoas residindo, incluindo o chefe. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a metade tinha até três pessoas residindo. Esta informação indica que, em termos gerais, os domicílios eram formados pelo chefe, pelo cônjuge e por mais dois filhos ou agregados. Os filhos residentes nos domicílios possuíam em média 12,4 anos de idade. Em quase dois terços dos domicílios (62,6%) não existiam criança menor de cinco anos. Nada menos que 45% dos domicílios das comunidades quilombolas pesquisadas possuíam menos de R\$ 70,00 de renda domiciliar per capita já incluindo os valores transferidos pelo Programa Bolsa Família (PBF). Na faixa de renda que vai de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 estavam 17,9% dos domicílios. Em média, a renda mensal domiciliar per capita dos quilombolas era de R\$ 160,73. A região Norte apresentava a menor renda mensal domiciliar per capita entre as regiões: R\$ 140,72.

Crianças:

Os dados do estado nutricional das crianças quilombolas indicam que:

Em relação à desnutrição por déficit estatural

- A prevalência global foi de 18,7% no conjunto das crianças com até cinco anos de idade;
- A maior prevalência ocorreu na região Norte do país devida à alta prevalência no estado do Pará (21,3%);
- Houve associação significativa com a realização de pré-natal: a realização de pré-natal esteve associada a uma menor prevalência de déficit estatural;
- Houve associação significativa com o estado nutricional materno no conjunto de crianças e as do sexo feminino. A maior prevalência de desnutrição nas crianças ocorreu para mães com baixo peso (22,0%) e a menor nas crianças cujas mães apresentavam obesidade (15,3%);
- Houve associação direta com o número de moradores no domicílio;
- A educação da mãe se mostrou um potente fator protetor para o déficit estatural.

**Em relação à desnutrição por déficit de IMC para a idade**

- A prevalência só foi importante nas comunidades dos estados de Pernambuco (5,8%) e Piauí (6,5%);
- Houve associação com a idade das crianças sendo que as de até seis meses de idade tinham prevalência quatro vezes maior de desnutrição (5,1%) do que aquelas que estavam no quinto ano de vida (1,2%);
- Nas crianças que nasceram com muito baixo peso (< 1,5 kg) a prevalência (8,0%) foi quase quatro vezes maior comparativamente à das que nasceram com mais de 2,2 kg (2,3%).
- Houve associação com o estado nutricional materno. A prevalência de desnutrição nas crianças de mães com baixo peso (7,4%) foi três vezes maior do que nas crianças cujas mães tinham peso adequado (2,7%).

### **Em relação ao sobrepeso e obesidade, avaliado pelo IMC para idade**

- As prevalências de risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade (17,8%, 4,1% e 1,3%, respectivamente) já se apresentavam em níveis preocupantes;
- Houve associação com o estado nutricional das mães. As crianças cujas mães eram obesas tiveram prevalência de obesidade 2,3 vezes maior (3,0%) do que as crianças cujas mães tinham estado nutricional adequado (1,3%);
- Excesso de peso foi encontrado em crianças de domicílios de todas as categorias de vulnerabilidade ou renda domiciliar mensal per capita.

### **Conclusões:**

Os resultados encontrados no presente estudo sinalizam para uma situação de grande vulnerabilidade vivenciada pelos quilombolas. Como fator condicionante, poderiam ser mencionados o isolamento geográfico e social e a baixa integração dos territórios quilombolas com outros espaços geopolíticos dos municípios onde a oferta de bens e serviços públicos é maior. Uma vez que a relação com o território é tão particular para este segmento, a violência decorrente dos conflitos persistentes e dos problemas não resolvidos em termos de ocupação territorial agrava este quadro.